



CONTABILIDADE FINANCEIRA: breve revisão de literatura

Bruno Felipe Bianchin¹
Wilson Antunes de Amorin²

RESUMO

Na contabilidade financeira é possível encontrar vários assuntos e vertentes em estudos que a ela remetem. Neste artigo iremos destacar alguns deles: Primeiramente, será relatado qual o objetivo da contabilidade, seguido deste, será apresentada a finalidade da informação contábil-financeira, interligando-a com as demonstrações contábeis, e finalmente será descrito então, qual o objetivo, como está estruturada e quais os elementos presentes na mesma. Adicionalmente o estudo trata do conceito de capital e sua manutenção de acordo com a entidade.

Palavras-chave: Contabilidade Financeira; Informação Contábil; Demonstrações Contábeis.

RESUMEN

En la contabilidad financiera es posible encontrar varios asuntos y vertientes en estudios que a ella remiten. En este artículo vamos a destacar algunos de ellos: Primero, se informará cuál es el objetivo de la contabilidad, seguido de éste, se presentará la finalidad de la información contable-financiera, interconectando con los estados financieros, y finalmente será descrito entonces, cuál es el objetivo, como está estructurada y cuáles los elementos presentes en la misma. Adicionalmente el estudio trata del concepto de capital y su mantenimiento de acuerdo con la entidad.

Palabras clave: Contabilidad financiera; Información contable; Demostraciones contables.

INTRODUÇÃO

Atualmente, ao se falar de contabilidade, muita gente já sabe do que se trata, porém, não se sabe qual o objetivo desta. A contabilidade tem uma vasta área de aplicação, iremos destacar a contabilidade financeira, na contabilidade financeira temos as informações contábil-financeira, iremos destacar qual sua finalidade e no que ela influencia nas demonstrações contábeis, com isso, será relatado qual o objetivo de tais demonstrações e como ela está estruturada, por fim, discutiremos sobre o conceito de capital na contabilidade financeira e como ocorre sua manutenção dentro de uma entidade.

¹Acadêmico do curso de Bacharelado de Ciências Contábeis pela Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: bruno_bianchin@hotmail.com

²Mestre em Administração de lideranças pela Universidade de Santo Amaro (2007). Doutorando em Gestão de empresas pela Universidad Nacional de Misiones – UNAN. Professor e Coordenador dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena. E-mail: will-1953@hotmail.com



O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, que buscou compreender pontos específicos da Contabilidade Financeira, nas perspectivas do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE

De maneira geral, não ocorrem muitos questionamentos quando se trata do objetivo da contabilidade, pois a partir do momento que se tem conhecimento sobre seu objetivo de estudo, o Patrimônio, fica de fácil entendimento que está relacionado com as mutações do mesmo (CFC, 2000, p. 33).

Conforme destaca a Resolução 774 do CFC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2000, p. 33), “O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações”. Ao se aplicar este objetivo dentro de uma entidade, logo se pensa no lucro ou prejuízo, ou seja, na situação econômica e financeira desta. Este termo “econômico” está relacionado com as mutações, dividindo-se em “receitas” e “despesas”. Já o termo “financeiro” está ligado diretamente ao fluxo do caixa (CFC, 2000, p. 33).

2.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL

As características qualitativas da informação contábil-financeira útil, são utilizadas principalmente por investidores e credores, estes à caracterizam como sendo o tipo de informação de maior utilidade para a tomada de decisões dentro de uma entidade, tais informações estão contidas nos relatórios contábil-financeiros (CPC 00, 2011, p. 14).

Os chamados “relatórios contábil-financeiros”, tem como finalidade fornecer informações sobre os recursos econômicos da entidade, sobre as reivindicações contra a entidade e quaisquer outros eventos que venham a modificar esses recursos e reivindicações (CPC 00, 2011, p. 14).

Segundo o Comitê De Pronunciamentos Contábeis:

Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. (CPC 00, 2011, p. 14).

Quando se fala de relevância e representação fidedigna, estamos falando das características qualitativas fundamentais. Já quando se trata da comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, estamos falando das características qualitativas de melhoria.

2.2.1 Características qualitativas fundamentais

A informação contábil-financeira relevante é aquela que vai fazer a diferença nas tomadas de decisões. A informação contábil-financeira será considerada relevante quando tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos (CPC 00, 2011, p. 15).

Conforme citado no CPC 00 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, p. 15), “O valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira



estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório”.

A informação contábil-financeira tem valor preditivo quando utilizada de forma que traga aos usuários possíveis futuros resultados e valor confirmatório quando tais “previsões” ocorrem completamente ou parcialmente, de modo que sirva de *feedback* para novas tomadas de decisões (CPC 00, 2011, p. 15).

Para as informações contábil-financeiras serem úteis, não basta que esta seja relevante, deve também apresentar com fidedignidade aquilo que se deseja representar.

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa, neutra e livre de erro*. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível. (CPC 00, 2011, p. 15).

O retrato da realidade econômica completo deve ser composto por todas as descrições e explicações de forma detalhada e de fácil compreensão.

Um retrato neutro da realidade econômica, tem como finalidade a apresentação da informação contábil-financeira de modo que não favoreça ou desfavoreça na decisão dos usuários (CPC 00, 2011, p. 16).

Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa perfeição em todos os aspectos, mas sim que as informações utilizadas devem estar corretas e ainda que o método a ser utilizado para o desenvolvimento seja o mais apropriado conforme as circunstâncias (CPC 00, 2011, p. 16).

2.2.2 Características qualitativas de melhoria Comparabilidade

A **comparabilidade**, diferente de todas as outras características qualitativas, depende de no mínimo dois itens para sua realização (CPC 00, 2011, p. 17).

De acordo com o CPC 00 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, p. 17), “Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles”.

A comparabilidade da informação contábil-financeira não trás resultados ao se fazer coisas diferentes parecerem iguais ou coisas iguais parecerem diferentes. Para que as informações sejam comparáveis, deve haver um mínimo de semelhança entre elas (CPC 00, 2011, p. 17).

Verificabilidade, Segundo o CPC 00 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, p. 18) “A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar”. A verificação pode ser direta ou indireta. A verificação direta irá ocorrer quando o usuário realizar uma observação de forma direta com o que se está verificando. Já a verificação indireta ocorre quando se utiliza métodos ou técnicas para checar os resultados obtidos. Quando se trata de uma informação contábil-financeira sobre o futuro, essa só poderá ser verificada ao alcança-la de forma completa (CPC 00, 2011, p. 18).

Em um sentido mais amplo, tempestivo é tudo aquilo que ocorre no momento apropriado, ou na ocasião certa. A **tempestividade**, de maneira geral, é tudo aquilo que ocorre no momento apropriado ou na ocasião certa, por exemplo, a capacidade de receber uma informação importante e influenciadora antes da tomada de uma decisão (CPC 00, 2011, p. 18).

A **compreensibilidade**, é a capacidade de apresentar a informação contábil-



financeira de modo com que ocorra a compreensão e entendimento de todos os usuários, onde estes não necessitem buscar por um consultor para compreender a informação (CPC 00, 2011, p. 18).

2.2.2.1 Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil

Os custos para gerar a informação é sempre uma restrição para a entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, porém, tais custos são justificados pelos benefícios que as informações trazem. A elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro que seja relevante e que represente com fidedignidade o que se propõe representar auxilia os usuários a tomarem decisões com grau de confiança maior. (CPC 00, 2011, p. 19).

O resultado disso é um funcionamento mais eficiente dos mercados de capitais e um menor custo de capital para a economia. Outros beneficiários são investidores individuais e credores por empréstimos.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. (CPC 00, 2011, p. 20).

Na maioria dos casos, tais avaliações são realizadas com embasamento na combinação de informações quantitativas e informações qualitativas.

2.3 OBJETIVOS E ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo da demonstração contábil é o de passar informações referente à posição financeira, posição patrimonial, dos fluxos de caixa e do desempenho da entidade, tudo de forma estruturada e com intuito de informar os usuários nas tomadas de decisões (CPC 26, 2011, p. 06).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, contém nas estruturas de demonstrações contábeis:

[...] (a) ativos; (b) passivos; (c) patrimônio líquido; (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; (e) alterações no capital próprio mediante interligações dos proprietários e distribuições a eles; e (f) fluxos de caixa. (CPC 26, 2011, p. 06).

Com essas informações, os usuários das demonstrações contábeis conseguem prever os futuros fluxos de caixa da entidade, podendo então tomar atitudes de aproveitamento ou até mesmo atitudes preventivas, tudo depende das circunstâncias (CPC 26, 2011, p. 06).

2.4 RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, tem como objetivo inserir no balanço patrimonial ou na demonstração de resultados um item que se encaixe conforme a definição de um elemento e que se enquadre nos critérios de reconhecimento.

Um item que se enquadre na definição de ativo ou passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis se: (a) for provável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade; e (b) ele tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis. (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 111).

A relação entre os elementos nos demonstra que se um item se enquadra na definição e critério de reconhecimento de algum elemento, requer automaticamente o reconhecimento de outro elemento, por exemplo, o reconhecimento de um ativo requer o de um passivo (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 112).

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, quando comprovado que o mesmo irá possibilitar benefícios futuros, sendo que seu custo ou valor deve ser determinado através de bases confiáveis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 113).

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a liquidação de uma obrigação é referente à uma saída de recursos envolvendo algum benefício gerado pelo ativo e o valor dessa liquidação possa ser determinado em bases confiáveis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 113).

A receita é reconhecida na demonstração de resultados, quando a mesma é resultado do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo, isso se determinado em bases confiáveis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 113).

As despesas são reconhecidas na demonstração de resultados, quando se resulta um decréscimo nos futuros benefícios econômicos de um ativo ou no acréscimo de um passivo, tudo somente se for determinado de bases confiáveis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 114).

2.5 MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme descrito nos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade:

Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração. (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

A base empregada deve ser escolhida segundo sua finalidade, essas bases incluem o custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa e pelo custo de aquisição de recursos. Já os passivos são registrados pelos valores recebidos dos recursos em troca das obrigações (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa que deveriam ser pagos se fossem adquiridos na data do balanço. Já os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa que seriam utilizados para liquidar as obrigações na data do balanço (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

Os ativos são mantidos pelos valores em caixa que poderiam ser obtidos através da venda de maneira ordenada. Já os passivos são mantidos pelos valores em caixa que seriam utilizados para liquidar as obrigações no curso normal das operações (Princípios



fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do futuro benefício líquido que espera que seja gerado através de recursos ativos. Já os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado da futura saída líquida referente às liquidações dos passivos (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 115).

2.6 CONCEITOS DE CAPITAL E DE MANUTENÇÃO DE CAPITAL

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade:

De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária. (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 116).

Fica a critério da entidade qual conceito de capital financeiro irá adotar na preparação de suas demonstrações contábeis, lembrando que a seleção do capital apropriado se dá através das necessidades dos usuários das demonstrações contábeis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 116).

Assim, o conceito financeiro de capital deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estão principalmente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 116).

O conceito escolhido terá como maior objetivo indicar a meta a ser atingida na determinação de lucro, através disso que a seleção do conceito deve ser feita conforme as necessidades dos usuários das demonstrações contábeis (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 116).

A escolha do conceito de manutenção do capital depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter, podendo ser então a “manutenção do capital financeiro” ou “manutenção do capital físico” (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 117).

De acordo com o conceito de manutenção do capital financeiro, o lucro se dá quando o montante financeiro dos ativos líquido no fim do mês é maior que o montante do início do mesmo mês. Já o conceito de manutenção do capital físico, diz que o lucro se dá quando a capacidade física produtiva da entidade no fim do mês é maior do que a capacidade produtiva do início deste mesmo mês (Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, 2008, p. 117).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações contidas neste artigo, é possível chegar à uma conclusão breve e direta. Para a realização das demonstrações contábeis é de extrema necessidade a informação contábil-financeira, quando esta relatada de maneira fidedigna, as chances de sucesso nas tomadas de decisões aumentam de maneira considerável, ou seja, é uma cadeia, se logo no início ocorrer falhas ou houver omissões, irá implicar diretamente nas tomadas de decisões de maneira negativa, isso abrirá consigo uma vasta possibilidade com que ocorram grandes prejuízos dentro de uma entidade. Podemos considerar então, que para que uma entidade tenha sucesso e nome no mundo dos negócios, é necessário que possua



usuários contábeis e administradores capacitados para que as tomadas de decisões sejam realizadas da forma mais próxima ao objetivo do planejamento estratégico da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso. Resolução CFC nº 774, de 1994. **Conselho Federal De Contabilidade**, Brasília, DF, dez. 1994.

BRASIL. Congresso. **Princípios Fundamentais E Normas Brasileiras De Contabilidade**. Brasília, DF, 3. ed. 2008.

BRASIL. Congresso. **Comitê De Pronunciamentos Contábeis: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, DF, dez. 2011.

BRASIL. Congresso. **Comitê De Pronunciamentos Contábeis: Apresentação das Demonstrações Contábeis**, Brasília, DF, dez. 2011.